

MANIFESTAÇÃO DO CONSELHO FISCAL

1º SEMESTRE DE 2020

PREVIRB

**Fundação de Previdência dos Servidores do Instituto de
Resseguros do Brasil**

1. INTRODUÇÃO

Em atendimento ao artigo 19 da Resolução do Conselho de Gestão de Previdência Complementar (CGPC) nº 13, de 01/10/2004, este Conselho Fiscal, reunido em 29 de dezembro de 2020, concluiu a análise da documentação do período de **1º de janeiro de 2020 a 30 de junho de 2020**, disponibilizada pela Entidade e listada a seguir:

- a. Memorandos da Superintendência Geral (SUPGE) nº 017 e 18/2020;
- b. Memorando da Diretoria de Benefícios (DIBEN) nº 028/2020;
- c. Memorando da Diretoria Financeira e de Investimentos (DIFIN) nº 007/2020;
- d. Relatório de Controles Internos 006/2020;
- e. Balanços Patrimoniais, Demonstrações de Resultados e Contábeis;
- f. Relatórios de Riscos da ADITUS;
- g. Acompanhamento Orçamentário para o período;
- h. Documentação Suporte da Diretoria Executiva, dentre outros.

2. ADERÊNCIA DA EXECUÇÃO DA POLÍTICA DE INVESTIMENTOS DOS PLANOS PREVIDENCIAIS A, B e PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA (PGA)

2.1. Gestão dos Recursos Garantidores

O Conselho observou, fundamentado na documentação suporte, que a gestão dos recursos garantidores vem sendo realizada pela PREVIRB, em conformidade com às diretrizes da Política de Investimentos e com os dispositivos da Resolução do Conselho Monetário Nacional (CMN) nº 4.661/18 de 25/05/2018.

2.2. Enquadramento das Aplicações

Os limites das aplicações de recursos dos Planos Previdenciais A e B, bem como os do Plano de Gestão Administrativa (PGA), estão aderentes aos dispositivos estabelecidos pela Resolução CMN nº 4.661/18 de 25/05/2018, bem como os preceitos da Política de Investimentos, aprovada pelo Conselho Deliberativo da PREVIRB, considerada a documentação suporte apresentada.

2.3. Sistema de Captação de Dados de Investimentos

O Conselho, considerando por base a documentação suporte apresentada, observou que os prazos referentes aos demonstrativos de investimentos dos Planos Previdenciais satisfazem às determinações das Instruções PREVIC nºs 15/2014, de 12/11/2014, 6/2018, de 14/11/2018 e 8/2018, de 14/11/2018 da Superintendência Nacional de Previdência Complementar (PREVIC).

2.4. Controle de Riscos

2.4.1 Balanço Patrimonial

Segue, na tabela abaixo, o resumo do balanço patrimonial de junho de 2020, em comparação com o final do exercício anterior (dezembro de 2019), segregado para os planos A e B:

Conta	Plano A			Plano B		
	Jun./20	dez/19	%	Jun./20	dez/19	%
Ativo	2.234.056.252	2.469.802.652	-10%	204.981.571	211.829.219	-3%
Passivo	1.647.599.520	1.656.448.568	-1%	198.783.334	202.245.588	-2%
Superávit	586.456.732	813.354.084	-28%	6.198.237	9.583.631	-35%

Pela análise do balanço patrimonial, os planos apresentaram condição superavitária. No primeiro semestre de 2020, o superávit apresentou decréscimo de 28% para o Plano A e 35% para o Plano B. A razão para as reduções do superávit apresentado tem origem no impacto, basicamente, sobre os resultados da carteira de renda variável, que sofreram deterioração nos preços em razão da pandemia do Novo Coronavírus, além da redução expressiva do valor das ações da patrocinadora (IRBR3). Além desse fato, no Plano B, houve ainda a transferência de R\$ 993 mil do superávit para a constituição do Fundo Previdencial para Revisão do Plano.

2.4.2. Geração de Déficit/Superávit

Segue apresentado, na tabela abaixo, a movimentação do demonstrativo de resultado, acumulado de janeiro a junho de 2020.

Conta	Plano A	Plano B	Plano PGA*
Contribuições/Receitas	989,31	9.938.255	2.282.127
Deduções/Despesas	-60.241.594	-5.078.938	-4.219.977
Fluxo dos Investimentos	-173.262.110	-11.738.393	1.301.222
Constituições/Reversões	6.605.364	2.541.130	867.782
Superávit/Déficit	-226.897.351	-3.384.351	0

* O somatório da coluna PGA é zero, pois o PGA não é previdencial, portanto, eventuais reversões ou constituições são agregadas ao fundo.

A redução do superávit observado no semestre nos Plano A e B devem-se em grande parte ao impacto sobre a rentabilidade dos ativos, conforme apresentado a seguir no item 2.4.3. Observa-se que o fator de contribuição negativa dado pela carteira de renda variável nos planos previdenciais é corroborado pelo resultado no Plano PGA, que não possui tal segmento e teve resultado positivo, em linha com os períodos anteriores.

2.4.3. Ativos

2.4.3.1. Rentabilidade dos Ativos

O Relatório de Enquadramento do Plano de Aplicações apresenta o desempenho da carteira de ativos para cada plano. O resultado acumulado de janeiro a junho de 2020 estão resumidos na tabela abaixo.

Conta	Rentabilidade acumulada	Meta	% Variação em relação à Meta
Plano A	-7,04%	2,40%	0
Plano B	-5,50%	1,76%	0
Plano PGA	2,83%	1,76%	59%

Observamos, neste relatório, que o desempenho financeiro se manteve abaixo da meta estabelecida, no período de janeiro a junho de 2020, para os planos previdenciais. Como já comentado anteriormente, a razão para o desempenho negativo reside nas carteiras de renda variável dos dois planos, que tiveram seus resultados afetados pelo conjunto dos efeitos da pandemia do COVID-19 e na queda nos preços das ações da patrocinadora. A DIREX informou que ações com intuito de reduzir as perdas, basicamente através do rebalanceamento da carteira de ações dos dois planos, já estão em curso desde abril do ano corrente.

Com relação ao PGA, o desempenho observado foi acima da meta, já que o mesmo atua somente com o segmento de renda fixa e não sofreu os efeitos negativos do mercado acionário.

2.4.3.2. Value at Risk (VaR)

A tabela abaixo apresenta o VaR calculado pela Consultoria Aditus, para junho de 2020.

Conta	Limite do VaR	Var calculado
Plano A (Renda Fixa)	2,50%	0,00%
Plano A (Renda Variável)	18,00%	68,09%
Plano B (Renda Fixa)	2,50%	0,00%
Plano B (Renda Variável)	18,00%	49,87%
Plano PGA (Renda Fixa)	2,50%	0,00%

Observamos que os valores calculados se encontram acima do limite de VaR para os planos previdenciais. Tal fato, conforme explicitado pela DIREX, reside no fato da volatilidade fora do usual observada no mercado acionário. Variações abruptas e significativas nos preços dos ativos são responsáveis pelo aumento observado nas carteiras de renda variável dos planos previdenciais.

De outra forma, como as carteiras de renda fixa possuem sua precificação na curva, de forma majoritária, os efeitos da volatilidade neste segmento são bastante mitigados, conforme demonstrado.

A DIREX procedeu às explicações, informando que em momentos de turbulência, é comum a volatilidade fazer extrapolar os limites das carteiras e que por ora, o importante é monitorar os acontecimentos e os desempenhos dos títulos. A tendência é que passada a fase de incerteza, os mercados tendem a voltar à normalidade e, por consequência, os preços. Desta sorte, se no próximo semestre o VaR das carteiras de renda variável não retornarem aos limites fixados na Política de Investimentos, a DIREX irá propor ações para restabelecimento das diretrizes da política.

2.4.4. Considerações

O Relatório da Aditus apresenta a adequação da gestão dos recursos dos Planos, em consonância com as Resoluções CMN nº 4.661/18 de 25/05/2018, e atualizações e CGPC nº 13, de 01/10/2004, bem como com as Normas emitidas pela PREVIC. Além disso, apresenta a adequação às Políticas e a não adequação aos limites de VaR já foram abordadas no item anterior. Neste sentido, haverá monitoramento constante acerca deste quesito até o encerramento do exercício.

3. PREMISSAS E HIPÓTESES ATUARIAIS

No período em estudo, considerando as informações transmitidas pela Diretoria Executiva e o acompanhamento das demonstrações trazidas a este Conselho, pode-se observar as ocorrências a seguir comentadas.

A considerar, não foram realizados novos Testes de Aderência no 1º semestre de 2020.

Para o Plano A, destaca-se:

- a) Manutenção da tábua de mortalidade geral AT-2000 (Suavizada 10%) M&F;
- b) Manutenção da taxa de juros em 4,10% a.a.;
- c) A variação das Provisões Matemáticas foi positiva de 1,57% em relação ao mesmo período de 2019, variando de R\$ 1.548.046.245,92, em junho/2019, para R\$ 1.583.936.349,05, em junho/2020, como decorrência, por um lado, da atualização dos benefícios e salários e, por outro lado, dos falecimentos ocorridos.

Para o Plano B, temos os seguintes destaques:

- a) Manutenção da taxa de juros em 4,10% a.a.;
- b) Manutenção da tábua de mortalidade geral AT-2000 suavizada 10% (D10%) M&F;
- c) Manutenção da premissa de composição familiar para os benefícios a conceder de Família Padrão;
- d) Manutenção da premissa de rotatividade de 3,00% a.a.;
- e) Revisão do Plano de Custeio com base na proposta da Mercer, com redução da alíquota de contribuição para os benefícios de risco de 6,004% para 5,769%, aplicado a partir de 1º/04/2020;
- f) Ao final de 2019, houve a conclusão do processo de destinação da Reserva Especial do Plano B, após ter completado três anos de sua constituição. Com isso, foi criado o Fundo Previdencial de Revisão do Plano, com o valor de R\$ 993.479,32, referente à Reserva Especial constituída em 2016; e

g) A variação das Provisões Matemáticas foi positiva de 8,96% em relação ao mesmo período de 2019, variando de R\$ 140.196.855,54, em junho/2019, para R\$ 152.764.722,55, em junho/2020, influenciada principalmente pela atualização dos salários.

Cabe informar ainda que está prevista para o segundo semestre de 2020 a realização de novos Testes de Aderência para os Planos A e B.

Tendo em vista o exposto, os dados fornecidos pela Direção da Entidade e o desempenho que a PREVIRB vem apresentando, este Conselho entende que permanece o equilíbrio entre o patrimônio e os compromissos e obrigações dos benefícios dos Planos A e B.

3.1. Gestão Atuarial

As alterações sofridas pelos Planos durante o 1º semestre de 2020 estão descritas ao longo desta Manifestação, as quais são de conhecimento e aprovação da PREVIC.

Destinação reserva especial:

De acordo com os balanços de ambos os Planos, esses apresentam resultados superavitários, de forma consistente e contínua, há mais de 20 anos, sendo que a partir do encerramento de exercício de 2016 o Plano B vem constituindo em seu balanço Reserva Especial e a partir de 2017, o Plano A, igualmente, também vem constituindo sua Reserva Especial. A PREVIRB está analisando junto com as patrocinadoras formas de destinação do superávit no Plano A e no Plano B, em atendimento às normas da PREVIC.

Desta forma, este Conselho entende que os regimes, métodos e premissas estão consistentes entre si com os dados cadastrais de acordo com a legislação e com os objetivos e práticas atuariais.

4. EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As análises das demonstrações da execução orçamentária, no 1º semestre de 2020, foram efetuadas, tendo sido aceitos os esclarecimentos prestados pela Diretoria Executiva sobre as variações orçamentárias consideradas relevantes.

O valor realizado para efeito de cálculo do resultado acumulado no exercício relativo à gestão previdencial do Plano A como um todo ficou abaixo do valor orçado em 15%, influenciado basicamente pelas reversões nas Provisões Atuariais que sofreram uma variação negativa de 242% entre Realizado e Orçado, tendo em vista que o orçamento foi feito considerando as hipóteses atuariais vigentes a época, em outubro/2019, sem os efeitos da Avaliação Atuarial, adotada em dez./2019, que teve, dentre os fatores relevantes, a redução da Taxa de Juros Atuariais, de 4,38%a.a. para 4,10% a.a., gerando, por este lado, um aumento significativo nas reservas matemáticas, em relação à previsão orçamentária. Por outro lado, no 2º trimestre, os índices negativos de inflação, que não estavam previstos no orçamento e atualizaram as reservas, e as exclusões de reservas, referentes aos falecimentos ocorridos, reduziram significativamente as reservas matemáticas e até superaram o referido impacto da avaliação atuarial, em comparação com o orçado, no período. No fluxo de investimentos do Plano A, o resultado registrou uma variação de 258% abaixo do orçado. A referida performance decorreu da piora generalizada dos ativos de todos os segmentos, especialmente os de renda variável. Destaque para o desempenho das ações do IRB que tiveram queda expressiva nos preços em decorrência dos problemas veiculados na imprensa em relação a companhia. Nos Fundos de Investimentos e na rubrica de Empréstimos e Financiamentos, a piora ocorreu além da queda nas taxas de juros mais acelerada, pela frustração de atividade econômica ocasionada pela pandemia do COVID-19.

Já o resultado acumulado no exercício relativo à gestão previdencial do Plano B, com relação às projeções de Adições, observa-se uma diminuição de 49%, motivada pela variação das Contribuições dos Patrocinadores e Participantes, pois o orçamento foi elaborado levando-se em consideração as contribuições sobre a PLR/RV, que usualmente são pagas no mês de abril (e assim foram considerados no orçamento), porém ainda não foram pagas pelos Patrocinadores IRB, IRB PAR e IRB Asset. Com relação às “Provisões Atuariais” a variação de 111% foi influenciada, pelo fato de ter sido considerada nos cálculos, as hipóteses atuariais vigentes em out./2019, somado a esse fato o impacto causado pela rentabilidade, bem abaixo do estimado, por conta do cenário econômico e dos resultados negativos do investimento no período.

No fluxo de investimentos do Plano B, o resultado registrou uma variação negativa de 233% sobre o orçado, que conforme já comentado para o Plano A, fruto do ano atípico de 2020. Como aconteceu no Plano A, a pandemia provocou a queda abrupta do PIB mundial e brasileiro, resultando em uma desvalorização dos ativos, em especial renda variável.

Quanto ao PGA, houve um desvio de 30%, ficando o valor realizado abaixo do orçado, fato influenciado pela frustração de receita da parte de investimentos. No tocante a parcela de despesas e gastos administrativos, o valor realizado ficou em linha com o orçado apresentando variação de -1,00%. No tocante ao fluxo de investimentos, houve um desvio de 24%, ficando o valor realizado abaixo do orçado, fato influenciado pela queda na atividade econômica e nas taxas de juros remuneratórias. O Orçamento foi elaborado atendendo ao § 1º, do Art.16, da Resolução CGPC nº 13, de 01/10/2004.

5. ADERÊNCIA DA GESTÃO DOS CONTROLES INTERNOS

5.1. Controles Internos

O Comitê de Controles Internos da Fundação - COINT vem desempenhando as suas atividades, atuando como órgão consultivo e de assessoramento às diversas áreas, muito embora o CONFI destaque a necessidade de que as ações desse Comitê tenham, cada vez mais, o caráter preventivo no seu assessoramento à Fundação.

5.2. Plano de Ação

Em conformidade com a Resolução CGPC nº 13, de 01/10/2004, a Fundação sinaliza medidas a serem observadas e avaliadas anualmente, em sintonia com as melhores práticas de governança, gestão e controles internos.

O Relatório de Pendências apresenta as pendências listadas por natureza, destacamos que no primeiro semestre de 2020 não houve apontamento do CONDEL, CONFI, DIREX e Auditoria Externa, bem como não houve recomendações dou demandas da PREVIC e Certificadora em Controles Internos, para os demais apresentamos as recomendações na tabela abaixo.

Origem	Demanda	% Execução	Grau de Impacto
Legislação	Adequar as funcionalidades do site à exigência da Resolução CNPC 26/2017 que dispõe sobre a adoção de transações remotas.	70%	Baixo
Planejamento Estratégico 2018	Estudar a possibilidade de oferecer novos produtos/serviços (clube de vantagens, plano previdencial para parentes de participantes).	100%	Baixo
Planejamento Estratégico 2018	Estudar outras fontes de receitas administrativas.	100%	Baixo

Planejamento Estratégico 2018	Promover novo Recadastramento, com ênfase no uso online, revisando a ferramenta utilizada.	40%	Baixo
Planejamento Estratégico 2018	Implantar a modalidade de concessão de empréstimo online.	70%	Baixo
Planos de Ação 2019	Preparação do Projeto Familiar Instituído	100%	Médio
Planejamento Estratégico 2020	Realizar o planejamento do treinamento anual, com o envolvimento das áreas, e realizar a execução do programa, conforme cronograma estabelecido. (Conscientização e Treinamento)	50%	Baixo
Planejamento Estratégico 2020	Criar programa específico de treinamento para os empregados que substituem os gestores durante as suas ausências.	10%	Baixo
Planejamento Estratégico 2020	Com base no controle de certificação e habilitação, oferecer treinamento para os dirigentes e conselheiros	50%	Médio
Planejamento Estratégico 2020	Criar um canal ou portal que tenha conteúdos relacionados à privacidade e proteção de dados para funcionários e participantes. (Estratégia de Privacidade)	20%	Médio
Planejamento Estratégico 2020	Implementar métricas de aprovação/reprovação para medir aplicação do treinamento e nível de aprendizado com relação ao tema privacidade e proteção de dados. (Conscientização e Treinamento)	20%	Baixo
Planejamento Estratégico 2020	Revisar periodicamente as políticas com o objetivo de manter atualizados os documentos internos e aproveitar a oportunidade para aplicar melhorias seguindo as diretrizes da PREVIRB. (Política de Privacidade)	8%	Baixo
Planejamento Estratégico 2020	Atualizar a Política de Privacidade existente, incluindo informações sobre como os dados pessoais serão tratados, armazenados, compartilhados, o período de retenção e as finalidades de coleta. (Política de Privacidade)	100%	Médio
Planejamento Estratégico 2020	Incorporar na Política de Segurança da Informação itens sobre como os dados pessoais devem ser tratados, armazenados, compartilhados e as penalidades caso haja descumprimento da política. (Política de Privacidade)	0%	Médio
Planejamento Estratégico 2020	Atualizar o item Classificação da Informação na Política de Segurança da Informação, para definir a classificação de dados pessoais e sensíveis. (Política de Privacidade)	0%	Médio
Planejamento Estratégico 2020	Definir um plano para tratar casos de violação de dados, bem como estratégias de aviso à ANPD: o número de titulares, de registros afetados, categoria dos dados, contato DPO. (Reporte Regulatório e Gestão de Incidentes)	40%	Médio
Planejamento Estratégico 2020	Definir processo para exclusão e anonimização de dados quando não forem mais necessários. (Retenção e Descarte dos Dados)	0%	Médio
Planejamento Estratégico 2020	Criar procedimento para definir em quais casos a Fundação entrará em contato com a ANPD e como será feito. (Reporte Regulatório)	0%	Médio
Planejamento Estratégico 2020	Revisar contratos existentes com terceiros com cláusulas padrão LGPD. (Due Diligence de Terceiros)	80%	Médio
Planejamento Estratégico 2020	Realizar processo de diligência com terceiros contratados ou antes de contratar, que na sua atuação envolvam tratamento de dados pessoais, para avaliar o nível de adequação com relação à privacidade e proteção de dados. (Due Diligence de Terceiros)	10%	Médio

Planejamento Estratégico 2020	Incorporar uma notificação de privacidade no modelo de Termo de Adesão e contratos existentes informando sobre a coleta dos dados pessoais, seu tratamento e finalidade. (Coleta Adequada dos dados)	15%	Médio
Planejamento Estratégico 2020	Revisar o Plano Diretor de Informática.	0%	Médio
Planejamento Estratégico 2020	Atualizar periodicamente o Portal e compartilhar materiais sobre tratamento de dados pessoais, abordando as boas práticas adotadas sobre o tema de privacidade e proteção de dados. (Gestão de Opinião Pública)	50%	Médio
Planejamento Estratégico 2020	Adequar os sistemas de tecnologia com aquisição de novas ferramentas à nova realidade da LGPD.	100%	Médio
Planejamento Estratégico 2020	Finalizar a implantação do Portal com melhorias para os usuários e inclusão dos atributos de relacionamento remoto.	50%	Médio
Planejamento Estratégico 2020	Continuar as apresentações mensais sobre a gestão dos investimentos no Plano A.	50%	Baixa
Planejamento Estratégico 2020	Realizar apresentações sobre investimentos do Plano B.	0%	Baixa
Planejamento Estratégico 2020	Realizar encontros periódicos no GUIA.	0%	Baixa
Planejamento Estratégico 2020	Definir um canal de comunicação para recebimento de solicitações dos titulares de dados. (Solicitação de Titulares de Dados)	100%	Média
Planejamento Estratégico 2020	Criar procedimento, considerando papéis, responsabilidades e recursos para responder aos pleitos dos titulares, considerando formulários, validação, prazos, atividades, custos e identificação. (Solicitação de Titulares de Dados)	0%	Média
Planejamento Estratégico 2020	Fazer workshops com o contingente ainda não participante.	0%	Baixo
Planejamento Estratégico 2020	Definir mecanismos para justificar as bases legais escolhidas para realizar o processamento de dados pessoais, principalmente nos casos onde não há coleta de consentimento.	0%	Médio
Planejamento Estratégico 2020	Definir processo para cessar o procedimento (Processamento) de determinado dado quando assim for necessário.	0%	Médio

Além dos planos de ação destacados acima, o relatório apresenta o cumprimento das obrigações sob a ótica legal e operacional destacando todas as atividades finalizadas e apresentando justificativas para os casos em que houve atrasos.

5.3 Fatos Relevantes

5.3.1. Destacamos os principais fatos do Plano A:

- I. A massa segurada do Plano A reduziu em 2,69%, comparada no primeiro semestre de 2020, em comparação ao mesmo período do ano anterior;

- II. Em relação ao Grupo de Custeio Pré-68 as Reservas Matemáticas de Benefícios Concedidos totalizaram em R\$ 132.430.983,00, sendo R\$ 104.498.300,00 referentes aos benefícios programados e R\$ 27.932.683,00 referentes aos benefícios não programados. A Reserva a Constituir está garantida pelo contrato de dívida celebrado com o IRB Brasil RE, dessa forma as Provisões Matemáticas desse Grupo de Custeio resulta em valor nulo, em 30/06/2020.

5.3.2 Destacamos os principais fatos do Plano B:

- I. A massa segurada do Plano B diminuiu em 0,47%;
- II. Houve alteração do Plano de Custeio, com vigência a partir de abril/2020, em que as contribuições de Ativo, Autopatrocinado e Remido com risco passaram de 6,004% (2019) para 5,769% (2020) e as de Assistido passaram de 4,270% (2019) para 4,070% (2020);
- III. Verificamos um volume inferior de contribuições recebidas no 1º semestre de 2020, para o Plano B, de -49,80%, comparativamente ao primeiro semestre de 2019, decorrente do fato de que até o presente momento, não houve o pagamento da PLR/RM de 2020 pelos Patrocinadores IRB, IRB PAR e IRB Asset;
- IV. A Reserva de Benefícios Concedidos aumentou 61,15% em comparação ao mesmo período de 2019 e 52,29%, se comparado à posição do final do exercício de 2019. Em termos de valor, a RMBC variou de R\$ 27.615.886,90 em 30/06/2019; para R\$ 29.223.654,00 em 31/12/2019; dando um salto para R\$ 44.504.188,82, em 30/06/2020, o que acarretou uma necessidade de aumento da Reserva de Contingência de até R\$ 7.305.913,50 em 31/12/2020; para até R\$ 11.126.047,21 em 30/06/2020. Cabe ressaltar que no 1º semestre de 2020 houve 7 novas concessões de benefício de renda, com valor de benefício médio bastante superior ao que vinha sendo observado no Plano. Com isso, em 31/12/2019, dos 75 benefícios de renda concedidos, cujo valor de benefício médio era de R\$ 1.651,71, passou para 82 benefícios, em 30/06/2020, com valor médio de R\$ 2.437,46.

6. COMENTÁRIOS

6.1. Despesas Administrativas

INDICADORES (*)	DESCRIÇÃO	META (anual)	RESULTADO Jun./2020
IG 01	Despesas Administrativas / Recursos Garantidores	0,38%	0,35%
IG 02	Fundo Administrativo / Total do Ativo	1,00% (mínimo)	1,22%
IG 03	Despesas Administrativas / Participantes (Massa Segurada)	R\$ 330,00	R\$ 330,46
IG 04	Despesas Administrativas de Pessoal / Despesas Administrativas	68%	66,70%
IG 05	Serviço de Terceiros / Despesas Administrativas	19%	15,26%
IG 06	Número de Empregados Treinados / Número Total Empregados	85% (Mínimo)	68,4%
IG 07	Nível de adesão ao Plano	92% (Mínimo)	91,28%

(*) Indicadores e Resultados apurados ao final do 1º semestre de 2020, cotejados com as metas anuais estabelecidas para o exercício de 2020.

Em relação ao resultado dos indicadores expostos no quadro acima, para o momento cabem os seguintes comentários:

IG01 (Despesas Administrativas / Recursos Garantidores) - É o principal indicador de gestão da Fundação, que mensura a relação entre as despesas administrativas e os recursos garantidores dos planos. Alcançou o patamar de 0,35%, inferior, portanto, à meta interna estabelecida pelo CONDEL, de no máximo 0,38%.

Desta forma, verifica-se que o referido indicador encontra-se 7,89% abaixo da meta estabelecida.

Neste 1º semestre, o contínuo foco da redução do nível geral de despesas, reestruturação administrativa e a renovação dos contratos vincendos em bases mais restritivas foram os itens mais relevantes.

IG02 (Fundo Administrativo / Total do Ativo) – Responsável por medir o montante do Fundo Administrativo em relação ao Total do Ativo da Fundação. Como tendência, quanto

maior o percentual apurado, maior a margem de segurança do fundo para suprir suas despesas administrativas futuras.

Foi estabelecido pelo CONDEL, um limite mínimo de 1,00%, admitindo-se uma variação de até 10%. O índice obtido no 1º semestre/2020 foi de 1,22%, ou seja, estando dentro da meta.

IG03 (Despesas Administrativas / Participantes – Massa Segurada) – Trata-se do volume médio de despesa administrativa per capita (por participante). Como tendência, quanto menor o resultado apurado, melhor. A maturidade do plano pode também ser fator de influência, sobretudo em termos de custo de transação.

No caso da PREVIRB, nota-se uma tendência decrescente da massa segurada no Plano Previdencial A, por se tratar de plano fechado. Já em relação ao Plano Previdencial B, apesar do potencial crescimento da massa segurada decorrente da possibilidade de novas entradas, observa-se grande movimentação, tanto de entradas como de saídas de participantes. Com isso, ainda que mantido o valor das despesas administrativas, o indicador apresentará oscilações.

No tocante ao presente indicador, a meta estabelecida pelo CONDEL é de no máximo R\$ 330,00, admitida uma variação de até 10%. No 1º semestre/2020 o indicador alcançou o patamar de R\$ 330,46, estando em linha com meta estabelecida, mas dentro da variação admitida.

IG04 (Despesas Administrativas de Pessoal / Despesas Administrativas) – Reflete o percentual das Despesas Administrativas com pessoal e encargos em relação ao total das Despesas Administrativas. Portanto, apresenta como resultado o peso dos gastos com pessoal no total das despesas administrativas.

A meta estabelecida pelo CONDEL é de no máximo 68%, admitindo-se uma variação de até 10%. No 1º semestre/2019, o indicador alcançou o patamar de 66,70%, estando abaixo da meta estabelecida.

IG05 (Serviço de Terceiros / Despesas Administrativas) – Apresenta o percentual das despesas administrativas com terceiros em relação à Despesa Administrativa total.

O resultado apurado indica o grau de dependência de serviços de terceiros da Entidade. Este resultado vem se mantendo abaixo do limite estabelecido, uma vez que a Entidade diminuiu as despesas com terceiros comparado com o das despesas administrativas totais.

Ressalte-se que existe um acompanhamento permanente das despesas com terceiros e da *performance* dos contratos pela Fundação, com a finalidade de extrair o máximo de cada prestador. Além disso, existe uma reavaliação periódica dos contratos notadamente em relação à adequação do escopo, permitindo, assim, o cumprimento da meta.

A meta estabelecida pelo CONDEL é de no máximo 19%, admitindo-se uma variação de até 10%. Este indicador apresentou no 1º semestre/2019 o patamar de 15,26%, estando abaixo da meta estabelecida.

IG06 (Número de Empregados Treinados / Número Total Empregados) – Esse indicador mostra o volume de investimentos realizados com treinamento e qualificação, de modo que quanto maior o resultado apurado, maior a preocupação da Fundação com a formação do seu pessoal. Adicionalmente, existe o objetivo de aperfeiçoamento deste indicador, agregando-se a informação sobre a qualidade do treinamento e a sua aplicabilidade no cumprimento das tarefas pelos colaboradores treinados.

Para esse indicador, o limite estabelecido pelo CONDEL foi de no mínimo 85% do quadro de colaboradores treinados. No 1º semestre/2019, foi treinado 68% do quadro, restando apenas 20% a ser cumprido no próximo semestre da meta estabelecida.

IG07 (Nível de adesão ao Plano B) – O presente indicador mede, mensalmente, o percentual de participantes que aderiram ao Plano Previdencial B. O resultado no 1º semestre/2019 foi de 91,28%, estando 0,08% abaixo da meta estabelecida de no mínimo 92% pelo CONDEL, porém dentro da margem permitida de variação.

O referido resultado deve ser atribuído ao maior nível de contratação do Patrocinador-Fundador e a consequente efetivação das matrículas a partir dos trabalhos de apresentação do benefício.

6.2. Gestão Atuarial

As alterações e influências sofridas pelos Planos durante o 1º semestre de 2020 estão descritas no item 3.1 desta Manifestação, as quais são de conhecimento e aprovação da PREVIC.

Desta forma, este Conselho entende que os regimes, métodos e premissas estão consistentes entre si, com os dados cadastrais, de acordo com a legislação e com os objetivos e práticas atuariais.

6.3. Custo da Gestão

Os custos decorrentes da gestão, no período sob análise, apresentaram-se aderentes às propostas orçamentárias descritas no item 4 desta Manifestação.

6.4. Classificação entre as maiores Entidades Fechadas de Previdências Complementar

De acordo com o último consolidado estatístico da ABRAPP, disponível em Junho/20, esta Fundação mantém uma posição bastante confortável, figurando no 62º lugar.

6.5. Contencioso da Fundação

O Contencioso distribui-se nas seguintes áreas:

Avaliando de forma objetiva as informações constantes no Memorando SUPGE-017/2020, o contencioso da Fundação referente ao 1º Semestre de 2020 se distribui nas seguintes áreas e quantidade de ações:

Na área previdencial, a PREVIRB atualmente responde por 16 ações, sendo:

- *6 estão em Fase de Execução;*
- *8 na 1ª Instância;*
- *1 em 2ª Instância; e*
- *1 em Tribunais Superiores.*

Neste último semestre, tivemos a baixa de uma ação.

Dessas ações, 6 foram classificadas como de perda “Provável”; 5 de perda “Possível”; e 5 foram classificadas como de perda “Remota”. Cabe destacar que o percentual de provisionamento obedece às normas do IBRACON.

O objeto mais demandado ainda é o “pedido de extensão do PCS aos assistidos” com 5 demandas e vários atores em cada ação.

Na área administrativa tramita 1 ação patrocinada pela PREVIRB e 1 ação em que a Fundação é ré (Autor solicita indenização por cobrança indevida de aluguel no WTC). Na esfera tributária existem 7 processos em curso, dos quais 3 estão na esfera administrativa e 4 na esfera judicial. Sendo destas, 4 de responsabilidade do PGA e 3 do Plano A. Por fim, somente 3 ações originárias da área de investimentos.

Das ações relacionadas à parte Tributária, o processo de maior relevância continua a ser o que discute o desenquadramento da anistia concedida pela Medida Provisória 2222/01. Essa discussão levou a PREVIRB a realizar um provisionamento de, de R\$ 22.171.926,26 e contratar um Seguro Garantia de maneira a evitar um desencaixe financeiro da Fundação e poder assim, gerir o recurso de forma autônoma.

7. MANIFESTAÇÃO

Com base nas verificações e análises efetuadas, o Conselho Fiscal manifesta-se no sentido de que a Fundação de Previdência dos Servidores do IRB (PREVIRB), observado o conteúdo do presente Relatório, está adequada ao modelo de governança corporativa, proposto pela Resolução CGPC nº 13, de 01/10/2004.

Esta manifestação deverá ser levada ao conhecimento do Conselho Deliberativo, a quem caberá decidir sobre as providências que, eventualmente, devam ser adotadas. Deverá, ainda, permanecer nesta Entidade à disposição da Superintendência Nacional de Previdência Complementar (PREVIC).

Rio de Janeiro, 29 de dezembro de 2020.

Debora Pereira Tavares
Presidente

Davi Dias da Silva
Membro Efetivo

Maria Gracia Provenzano
Membro Efetivo

Daniel Volpe
Membro Suplente em exercício

Thiago Gomes do Carmo
Membro Suplente em exercício

José Carlos de Lacerda Souza
Membro Suplente em exercício

Armando Rubens de Campos Mendes
Membro Suplente em exercício

Paulo Cesar da Conceição Silva
Membro Suplente